

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	___/___/___
Cod.	F7000127

Brasília, 7 de março de 1996

Exmo. Sr. Ministro da Justiça
Dr. Nelson Jobim

Quando recebi o honroso convite de V. Excia. para assumir a Presidência da FUNAI, duas missões principais me foram atribuídas: promover a defesa das terras indígenas no processo do contraditório e a reestruturação do órgão indigenista federal.

Quanto à primeira, informo V. Excia. que após sucessivas reuniões que mantive com os técnicos da Diretoria de Assuntos Fundiários, estabelecemos os procedimentos necessários para o oferecimento dos pareceres da FUNAI relativos às eventuais manifestações de terceiros interessados, fixando as tipologias possíveis conforme as origens e as alegações cabíveis. Buscamos, também, reforçar a equipe técnica responsável, na medida das possibilidades administrativas e legais.

Informo, ainda, com base nas manifestações até aqui formalizadas e nas notícias que dispomos quanto às que ainda serão apresentadas, que é precário o nível de fundamentação jurídico e antropológico das mesmas. Portanto, creio que V. Excia. não encontrará maiores dificuldades para, no momento oportuno, tomar as decisões necessárias à consolidação efetiva dos direitos indígenas envolvidos nos processos demarcatórios em curso.

Quanto à reestruturação da FUNAI, encaminhei à consideração do Ministério da Justiça, no início de janeiro, um conjunto de propostas minutadas que, se aprovadas, poderiam oferecer um rumo consistente para esta reestruturação. Promovi, ainda, com o respaldo de V. Excia., substituição de quadros que ocupavam funções de confiança na estrutura do órgão, de modo a implementar uma nova dinâmica administrativa compatível com a reestruturação proposta.

Porém, desde a apresentação da referida proposta, sucederam-se várias movimentações, promovidas por ex-funcionários, através da manipulação de lideranças indígenas, caracterizadas por práticas de seqüestro de funcionários e até pela invasão do gabinete da Presidência da FUNAI, com o objetivo de boicotar a reestruturação do órgão. Todas estas iniciativas acabaram por ser pacificamente contornadas, embora trouxessem prejuízos concretos à continuidade administrativa e riscos à integridade física de vários servidores. As dificuldades encontradas pela Secretaria Executiva do Ministério da Justiça para promover o repasse dos recursos destinados à FUNAI pelo Tesouro Nacional também vêm sendo utilizadas para alimentar as referidas iniciativas.

Diante de informações insistentes que indicam a continuidade destas ações, e que elas poderão incorporar questionamentos a atos praticados por V. Excia. e pelo Sr. Presidente da República de modo a lhes conferir aparente legitimidade política, chego a conclusão de que a minha presença na Presidência da FUNAI tornou-se inconveniente para a solução dos problemas afetos à questão indígena.

Tendo em vista este quadro e considerando a grande estima e admiração que sempre tive pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, devo solicitar a minha imediata e irrevogável exoneração do cargo de Presidente da FUNAI.

Reitero minha opinião de que tais articulações criminosas deveriam ser objeto de acurada investigação por parte dos setores competentes do governo federal. Não tenho condições de declinar nomes de suspeitos, além daqueles citados em documento entregue a V. Excia. por indígenas manipulados quando da invasão da sede da FUNAI. Esta providência será imprescindível para que os futuros dirigentes da FUNAI possam desempenhar as suas atribuições.

Expresso, ainda, a minha impressão atual de que a definição e a implementação de uma nova política indigenista requererá providências mais profundas por parte do atual governo, transcendendo os limites da reestruturação da FUNAI.

Finalmente, agradeço a confiança em mim depositada e espero poder contribuir, em outras circunstâncias, para a efetividade dos direitos indígenas no Brasil.

Atenciosamente, me subscrevo,

Márcio Santilli

Mensagem 13 (109 linhas)
From: isadf Mon Mar 11 16:54:09 1996
Date: Mon, 11 Mar 1996 16:54:09 0300
From: Nilto Tato <isadf>
To: sociocamb
Subject: PARA BETO URGENTE

11-33/96

Presidente da FUNAI demitese sob presso de mafia

Marcio Santilli, exdeputado federal pelo estado de Sao Paulo e exsecretario executivo da organizacao nao governamental Instituto Socioambiental pediu demissao da Presidencia da FUNAI no ultimo dia 8. Ele ocupava a posicao desde setembro passado.

Santilli, apesar dos impedimentos da Lei trabalhista brasileira, tinha exonerado ou afastado de cargos decisorios, funcionarios do alto escalao da FUNAI, alguns com mais de 10 anos de casa, ligados a exploracao de madeira e garimpo ilegais em Areas Indigenas, e praticantes do paternalismo e clientelismo nas areas. Os administradores anteriores da FUNAI distribuam dinheiro e bens a chefes indigenas escolhidos, alem de pagar hotel e compras na cidade para suas familias em troca de apoio. Outros funcionarios, como na ACh de Redenção, estado do Para, intermediavam contratos de exploracao ilegal de madeira e negocios com garimpeiros, em conivencia com chefes da madeira. Santilli fechou escritorios regionais ou transferiu funcionarios nos casos mais flagrantes.

Em janeiro, Santilli entregou ao Ministro da Justica uma proposta de reestruturação do orgao, incluindo procedimentos contabeis mais transparentes na aplicacao de recursos, e a abertura da FUNAI para trabalho conjunto com agencias regionais e locais, e organizacoes nao governamentais. A reforma tambem institui gratificacoes e incentivos aos funcionarios, atualmente concentrados em Brasilia e nas capitais, para trabalho nas Areas Indigenas. A FUNAI, que tem 3,7 mil funcionarios, conta com 1.357 mil atuando em areas indigenas.

A reacao foi rapida. No comeco de fevereiro um grupo de indios Kaiapo ameaçou a equipe da FUNAI local, exigindo o retorno de funcionarios removidos por agenciam contratos de exploracao de madeira e desviarem dinheiro do orgao. O escritorio da FUNAI em Redenção, que supre algumas areas Kaiapo, gastou R\$ 4 milhoes em 1995 ou 1% do orçamento total disponivel da FUNAI, dos quais R\$ 899 mil sem cobertura orçamentaria. Santilli negociou a libertacao dos refens, mas apresentou evidencias do desvio de dinheiro a Policia Federal e resucrou uma investigacao.

No dia 12 de fevereiro, vinte indios Xavante invadiram o escritorio da FUNAI em Brasilia, acompanhados da Rede Globo, e mantiveram Santilli como refem na garagem do prédio, exigindo de

FUNAI recursos. Em seguida, os Xavantes foram ao ministro da Justiça e entregaram uma carta pedindo a substituição de Santilli por Francisco Cruz, um dos funcionários removidos pelo Presidente. Uma das primeiras ações de Santilli tinha sido cortar o dinheiro que sustentava chefes Xavante em hotéis de Brasília. Autoridades governamentais garantem que a carta não foi escrita pelos índios. Cruz foi o segundo homem no comando da FUNAI na gestão do Presidente Aécio Neves, reconhecidamente piloto de garimpo.

As áreas Kaiapó ligadas à administração regional de Redenção e as áreas Xavante, com aproximadamente 3,5% da população indígena brasileira, consumiram perto de 15% do orçamento disponível da FUNAI em 1995.

O Ministério da Justiça requereu investigação da Polícia Federal sobre o envolvimento de funcionários da FUNAI no planejamento do incidente. As investigações não produziram resultados. Frente a perspectiva de continuidade das invasões e a paralisação da polícia, Santilli demitiu-se. Fontes governamentais atribuem ao fato dos funcionários da FUNAI e de membros da polícia federal fazerem parte da maçonaria como um obstáculo às investigações.

As organizações de direitos indígenas pediram reformas radicais no preso. Nos devemos a Marcio Santilli nossos agradecimentos pelos esforços para sanear a FUNAI e colocá-la apta a efetivamente defender os direitos indígenas no Brasil. Mas agora está claro que a FUNAI precisa de uma cirurgia radical e não de bandaides, se de fato este governo quer mudar a defesa dos direitos indígenas de retórica para a realidade, afirmou Carlos Alberto Ricardo, secretário executivo do Instituto Socioambiental.

Mensagem 14 (114 linhas)
From: isadf Mon Mar 11 16:56:01 1996
Date: Mon, 11 Mar 1996 16:56:01 0300
From: Nilto Tato <isadf>
To: socioamb
Subject: Para BETO URGENTE Ingles

11/03/96 President of Brazil National Indian Foundation (FUNAI)
resigns under pressure from government mafias

Marcio Santilli, former congressman from Sao Paulo and
executive director of the non-governmental Socioenvironmental
Institute, on March 8 resigned from the Presidency of the National
Indian Foundation (FUNAI). He had occupied the position since last
November.

Santilli, although hampered by Byzantine job security laws for
public sector employees, had fired or removed from decision making
authority high-level FUNAI staff, many in office for more than 10
years, linked to illegal logging and mining in Indigenous areas
and to longstanding patronage practices in Indian areas.
Previous FUNAI administrators had showered money and goods on
selected chiefs, and paid hotel and shopping bills in the city for
their families in exchange for support. Other staff, as in the
frontier state of Para, brokered illegal logging contracts and
deals with miners, in collusion with logging chiefs. Santilli
closed regional offices or replaced staff in the most flagrant
cases.

In January, Santilli delivered a proposal for the reorganization
of the agency to the Ministry of Justice, including clearer lines
of accountability for application of resources, and the opening of
the agency to work with state and local agencies and NGOs. The
reform also institutes merit pay and incentives for staff,
previously concentrated in Brasilia and regional capitals, to work
in the Indian areas. Currently the agency with 3,700 employees,
had 1.05% of these actually in indigenous areas.

The reaction was quick. At the beginning of February, a group of
Kayapo took FUNAI staff hostage, demanding the return of the
employees removed for brokering logging contracts and
misappropriation of agency funds. The Redanico FUNAI office,
which provides services to some of the Kayapo areas, spent \$R4
million in 1995, or 1% of the agency's total disposable budget.
Some \$R 0.8 million is unaccounted for. Santilli negotiated the
release of the hostages, but has presented the federal police with
evidence of misallocation of funds and requested an
investigation.

On February 12 several dozen Xavante Indians invaded the FUNAI
office, with national TV in tow, and held Santilli hostage in the
basement of the building, demanding FUNAI resources. The Xavante
proceeded to the Ministry of Justice and delivered a letter
requesting Santilli's replacement by Francisco Cruz, one of the

LEITURA DAS MENSAGENS RECEBIDAS ALTERNEX EM 12 DE MARÇO DE 1996 PAG 51

former staff removed by Santilli. One of Santilli's first steps in office had been to cut off money for Xavante chiefs supported by FUNAI in Brasilia hotels. Federal authorities guarantee that the letter was not written by the Indians. Cruz was second in command of the agency under former president Aponso Meirelles, currently a gold mining pilot.

The Kayapo areas linked to Redengco and Xavante, with about 3.5 % of Brazil's Indian population, accounted for nearly 15% of FUNAI's disposable budget last year.

The ministry of Justice requested a federal police investigation into the involvement of former FUNAI officials in planning the incident. The investigation has so far produced no results. Faced with the prospect of continuing invasions, and police inaction, Santilli resigned. Government sources noted links between treasurers among the former FUNAI employees and freemasons in the federal police as an obstacle to the investigation.

Indigenous rights organizations called for radical reform of the agency. We owe Marcio Santilli our thanks for his effort to clean up FUNAI, and put it in shape to effectively defend Indian rights in Brazil. But it's now clear that the National Indian Foundation needs radical surgery, not band aids, if the defense of indigenous rights in this government is to move from rhetoric to reality, said Carlos Alberto Ricardo, executive secretary of the Socioenvironmental Institute.